



PROJETO DE LEI Nº 37/2025

EMENTA: DISPÕE SOBRE A PRIORIDADE DE ATENDIMENTO PARA PAIS E MÃES ATÍPICAS E TUTORES LEGAIS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU NECESSIDADES ESPECIAIS NO MUNICÍPIO DE SEROPÉDICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CÂMARA MUNICIPAL DE SEROPÉDICA SETOR DE PROTOCOLO
PROCESSO Nº 352/2025
DATA: 14/06/2025
<i>[Assinatura]</i> Daiane Rocha S. de Paula Agente Administrativo Matrícula: 3358

Autoria: Vereadora Luciana Alves

Art. 1º - Fica instituída, no âmbito do Município de Seropédica, a prioridade de atendimento em repartições públicas, estabelecimentos comerciais, instituições financeiras, unidades de saúde e demais serviços públicos e privados para pais, mães atípicas e tutores legais de pessoas com deficiência ou necessidades especiais.

Art. 2º - Para os fins desta Lei, considera-se:

I – Pessoa com deficiência ou necessidade especial: aquela que possui impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, nos termos da Lei Federal nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência);

II – Pais ou mães atípicas: aqueles que exercem a maternidade ou paternidade de forma diferenciada por cuidarem de filhos com deficiência ou necessidades especiais;

III – Tutor legal: pessoa devidamente nomeada ou designada judicialmente para zelar por pessoa com deficiência ou necessidade especial, quando ausente a figura dos pais.

Art. 3º. A prioridade de atendimento estabelecida nesta Lei inclui:

I – Atendimento preferencial em filas presenciais;

II – Atendimento preferencial por meio de senhas eletrônicas;

III – Atendimento diferenciado em serviços públicos essenciais, como saúde, educação e assistência social.

Art. 4º - A comprovação da condição de pai, mãe atípica ou tutor legal será feita mediante apresentação de:

I – Documento de identidade com foto;

II – Documento que comprove o vínculo com a pessoa com deficiência ou necessidade especial (certidão de nascimento, termo de guarda, sentença judicial ou declaração médica);

III – Laudo médico ou documento equivalente que comprove a condição da pessoa com deficiência ou necessidade especial.

Art. 5º - As despesas decorrentes desta Lei serão cobertas pelas respectivas dotações orçamentárias.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

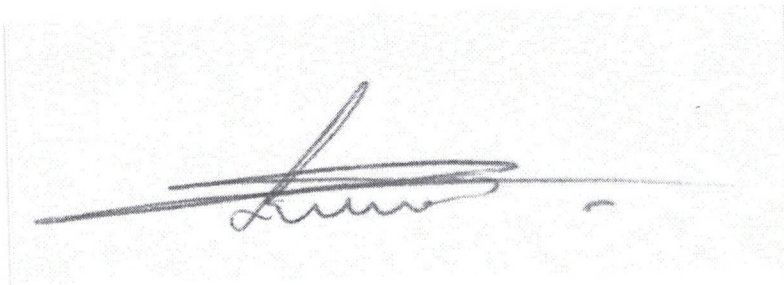
Este Projeto de Lei tem como objetivo garantir atendimento prioritário em serviços públicos e privados para pais, mães atípicas e tutores legais de pessoas com deficiência ou necessidades especiais no município de Seropédica.

A proposta reconhece que essas pessoas exercem uma função essencial no cuidado de dependentes com limitações, e por isso necessitam de condições que minimizem os impactos do tempo de espera em filas, repartições, unidades de saúde, instituições bancárias, entre outros.

A prioridade será concedida mediante comprovação do vínculo com a pessoa com deficiência e da condição de saúde da mesma. Os locais de atendimento deverão informar visivelmente sobre esse direito. O descumprimento sujeita o infrator a penalidades, incluindo multa administrativa.

O projeto visa promover inclusão social, dignidade e respeito às famílias atípicas, com ações práticas de apoio e reconhecimento à sua realidade

Sala das Sessões, 11 de junho de 2025.



Luciana Alves Silva das Chagas

Vereadora